

Anti-iluminismo

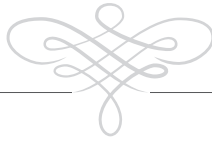
Num horizonte de pensamento assistemático como foi o da filosofia das Luzes – expressão que preferimos ao neologismo “iluminismo”, geralmente utilizado para exprimir, em Portugal, o mesmo movimento de ideias –, as tomadas de posição contrárias a ideias, valores, obras filosóficas e atitudes culturais vão revestindo, em toda a Europa, ao longo de Setecentos, diferentes motivações e expressões. O movimento de resistência à mudança de paradigma cultural congrega sensibilidades e formações diversas, assumindo, no conjunto, uma feição plural e múltimoda.

Em Portugal, o afrontamento antifilosófico (↗Antifilosofismo) nos campos educativo, religioso, metafísico, ético e político acentua a fratura com o passado, o confronto com a novidade e a recusa de novas visões do mundo, do homem, da natureza e de Deus. No século da razão e da crítica, a consciência histórica é também chamada a desempenhar o papel de crivo da verdade. Tudo o que se afigurava contrário ao progresso do conhecimento e à felicidade do homem era tomado como oposto ao espírito do tempo e à ordem da natureza. Uma aguda perceção periodológica contaminava, assim, opositores e defensores das Luzes, acentuando, por vezes, a radicalidade das posições em confronto.

Na mesma linha de resistência que caracteriza os demais movimentos europeus que se afirmam no séc. XVIII e se fazem notar ainda nos primeiros decénios

A Liberdade Armada com o Cetro da Razão Fulmina a Ignorância e o Fanatismo, de Louis Boizot (1743-1809) e Jean-Baptiste Chapuy (1760-1802).



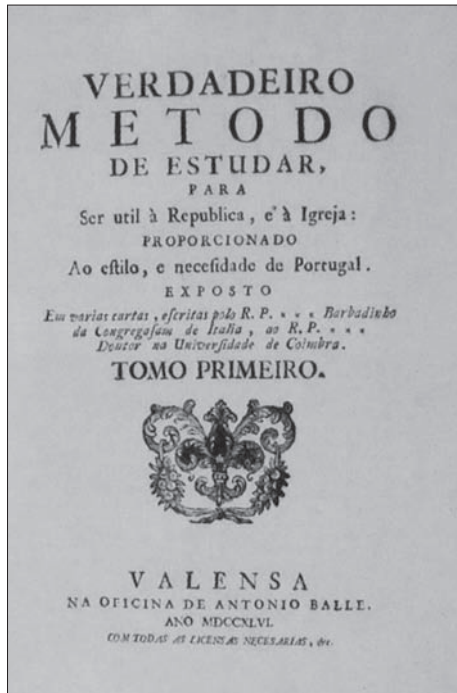


do séc. XIX, os autores que combatem o avanço das Luzes adquirem notoriedade pessoal em disputas acadêmicas, iniciativas editoriais e polêmicas públicas. A barreira moral e religiosa que procuram erguer contra a aceitação de diferentes categorias de pensamento, métodos, gostos e modas foi quase sempre suportada por instituições, corporações e grupos de pensamento, mais ou menos organizados. Este tipo de vinculação formal e institucional reforça a extensão e o enraizamento do movimento anti-iluminista português, em aspetos essenciais, como sejam a reserva pública suscitada pela aspiração singular de felicidade terrena e, sobretudo, a luta sem tréguas, em nome da ortodoxia católica, contra os defensores da tolerância religiosa e civil, os livres-pensadores, os libertinos e os chamados jacobinos, ou seja, todos aqueles que, norteados pela aspiração de emancipação igualitária, pretendiam fazer uso público da razão e da crítica. Com sanção legal e em defesa da unidade religiosa da monarquia, os opositores das Luzes não deixam também de expurgar e de censurar oficialmente as novas teorias, apelidadas de modernas.

Em 1706, a Companhia de Jesus, reunida em congregação provincial, aprova 30 proposições condenando a metafísica e a filosofia gassendo-cartesianas, por considerar que estas escolas fomentavam, no interior dos colégios da Ordem, o aparecimento de espíritos inquietos. O intento de renovação dos programas de ensino de filosofia natural é pouco depois assumido por alguns mestres jesuítas do Colégio das Artes, em Coimbra, que veem frustrado, em 1712, o princípio de revisão da tradição aristotélica, com vista à articulação das matérias dos cursos filosóficos com as modernas teorias da física, da astronomia e da matemática. Porém, os reiterados sinais de abertura às

correntes de pensamento moderno conduziram, na déc. de 30, à aceitação dos modernos princípios matemáticos e das experiências de eruditos, combinados com o ensino da filosofia aristotélica. Esta orientação assinala o reconhecimento académico de um padrão de pensamento eclético fora e dentro das escolas da Companhia de Jesus, na esteira das teses sustentadas, em França, pelo Jesuíta Noel Regnaul em *Origine Ancienne de la Physique Nouvelle* (1734), cuja obra é vertida para português em 1753. Com um marcado sentido de moderação e de crítica, idêntico ao que encontramos nas páginas do conhecido *Journal de Trevoux*, alguns mestres jesuítas, embora sem hostilizarem abertamente os colegas que continuavam a ministrar cursos de filosofia peripatética, veem travada a possibilidade de, no interior do Colégio das Artes e da Universidade, ensinarem e discutirem livremente as mais modernas teorias no campo da filosofia natural, uma vez que, por edital reitoral de 1746, se proibiram todas “as opiniões novas pouco recebidas ou inúteis para o estudo das ciências maiores como são Renato Descartes, Gassendo, Newton e outros” (LOCKE, 1950, 172). Este recuo na divulgação oficial dos autores modernos ocorre ao mesmo tempo que se regista a preponderância de um certo ecletismo filosófico fora do meio escolar, patente em obras de vulgarização como as do Oratoriano António Baptista, do engenheiro militar Manuel de Azevedo Fortes, do dicionarista Rafael Bluteau, e, entre outros, do P.^o Benito Feijóo, autor espanhol do *Teatro Crítico e Universal*, obra de grande impacto no espaço cultural ibérico que teve os seus primeiros dois volumes publicados também em português, respetivamente em 1746 e 1748.

Na fase aqui considerada, que coincide com os meados do século, tem lugar a mais estrondosa campanha contra a



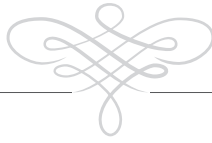
Folha de rosto de *Verdadeiro Método de Estudar*, de Luís António de Verney (1713-1792).

ciência e a filosofia das Luzes em Portugal. A contenda é desencadeada pela publicação de *Verdadeiro Método de Estudar* (1746), de Luís António Verney. A obra, composta por 16 cartas, distribuídas em dois tomos, foi publicada anonimamente (atribuída ao “Barbadinho de Itália”) em Nápoles. A crítica do começo do séc. XXI identificou três edições distintas do *Verdadeiro Método de Estudar*, que circularam clandestinamente em Portugal num lapso de cinco anos, duas datadas de 1746 e uma outra, mais descuidada, saída do prelo instalado no convento de S.^{to} Elói, em Lisboa, em 1751, impressa, portanto, já durante a polémica, por iniciativa do P.^e Manuel de Santa Maria Teixeira, qualificador do Santo Ofício.

Confiscado e censurado, *Verdadeiro Método de Estudar* apresenta, na edição clandestina que circulou em Portugal, uma

carta-dedicatória do suposto impressor António Balle dirigida “Aos reverendísimos/ padres mestres/ da venerável religião da Companhia/ de Jesus”. Identificando assim um núcleo importante de destinatários, Verney confere a esta obra de combate doutrinal uma amplitude temática enorme, abordando, de acordo com os mais modernos conceitos, teorias e métodos, temas que vão da literatura à metafísica, do direito à medicina, da linguagem à ética, da retórica à física, da filosofia natural à teologia, incluindo considerações sobre o ensino e a condição das mulheres, o estatuto dos servidores da Igreja, as obrigações e funções dos cidadãos da *Res publica*. Cerca de 35 títulos de autores portugueses e castelhanos, alguns dos quais publicados sob pseudónimo, com nomes supostos ou sem menção de autoria, alimentaram o intenso debate de ideias suscitado pelas aspirações e os horizontes de conhecimento veiculados por Verney. Os iniciadores da contenda foram dois Jesuítas, José de Araújo, autor de *Reflexões Apologéticas* (1748) e de *Conversação Familiar* (1750), e Francisco Duarte, a quem se atribui *Retrato de Mortecor* (1749) e *Iluminação Apologética do Retrato de Mortecor* (1751). Para além dos quatro opúsculos atribuídos a estes padres, mais cinco títulos de autores jesuítas participam da campanha contra Verney. As vozes de apoio ao conteúdo de *Verdadeiro Método de Estudar* e em abono dos três opúsculos que Verney escreveu contra os seus detratores são menos numerosas e mais discretas.

No essencial, Verney sustenta: o primado dos modernos sobre os antigos; o abandono de argumentos de autoridade em favor do paradigma experimental; a crença no progresso do conhecimento; a separação da teologia da ordem natural do mundo, cujas leis competia à física desvendar; a vinculação da ética racional



à dinâmica do tempo histórico; a Revelação divina por meio da Sagrada Escritura; e a unidade essencial da razão como fonte de emancipação do homem.

A teia de referências e de leituras que suportam o seu otimismo filosófico, sendo muito vasta, mais acentua a vocação cosmopolita do crítico que condena a dimensão periférica e o isolamento cultural de Portugal, por meio de um exercício reflexivo tão severo quanto excessivo.

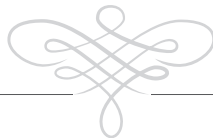
Em face dos caminhos abertos pela reflexão verneiana, estruturam-se, por meados do século, duas correntes de clara oposição às Luzes: a primeira assenta na renúncia aos *novatores* e, portanto, tem um acento vincadamente escolástico; a segunda, de cunho finalista e apologético, explora os sinais sobrenaturais da iluminação divina e da ação conservadora de Deus no mundo por Ele criado. A primeira corrente perde influência, deixando progressivamente de ter suporte institucional depois do impacto causado pelas reformas educativas do marquês de Pombal, iniciadas em 1759. Cumpre ainda salientar que, nos escritos dos opositores à leitura verneiana da filosofia das Luzes, a uniformidade argumentativa dos anti-iluministas nem sempre decorre de uma atitude de ignorância e raramente converge para um estilo de impugnação inquisitorial. Neste grupo, onde sobressai também o autor de *Mercúrio Filosófico*, o P.^c Paulo Amaro, a ironia é um traço comum a quase todos os intervenientes na polémica.

Em relação à corrente apologética, é notório o recurso à literatura europeia. Nas obras de autores portugueses, avultam referências a textos de índole confessional que apontam para a irreligiosidade dos filósofos modernos e para os perigos do livre-pensamento. A literatura apologética explora, em toda a extensão, a ideia da diluição do poder da razão,

contingente e limitada, ante os superiores desígnios de Deus. Os fundamentos desta corrente baseiam-se na sustentação doutrinal da existência de Deus e da sua natureza, na crença na imortalidade da alma e na esperança da salvação. Com este objetivo, os apologistas da fé exploram a insuficiência da religião natural, a indispensabilidade da autoridade da Revelação, a justificação dos dogmas e mistérios, a doutrina dos milagres, os fundamentos do culto e da ortodoxia católica, a dualidade metafísica do deísmo e os perigos filosóficos do ateísmo.

É claro que este combate doutrinal foi acompanhado por um reforço da censura. O edital de 10 de julho de 1769 da Real Mesa Censória denuncia a introdução no país de “vários livros corruptores da religião e da moral e opostos á conservação e sossego público da Monarquia” (*Collecção de Editaes...*, s.d.). Outro documento assaz polémico, a carta pastoral do bispo de Coimbra, D. Miguel da Anunciação, data de 8 de novembro de 1768, revelava, em simultâneo, grande preocupação pela aceitação alcançada em Portugal pelos mais representativos autores das Luzes: Voltaire, Rousseau, Helvécio, d’Holbach, D. Hume, D’Argens e outros. Neste documento, o bispo proscrito por Pombal refere a “grande aflição” causada por obras e “escritos perversos e escandalosos” que atacavam “os ditames mais sólidos da moral” e os princípios mais sagrados da religião católica (RODRIGUES, 1982, 285-286).

Convergindo na identificação das ideias a combater, os tribunais da Igreja e do Estado passam a funcionar em uníssono, sob a tutela da Coroa. Dada a pressão exercida pela literatura clandestina, que continuava a ter aceitação nos grandes centros urbanos, procurou-se aperfeiçoar o aparelho censório, substituindo a Real Mesa Censória pombalina pela Real



Mesa da Comissão Geral sobre o Exame e Censura dos Livros (1787), instituída por D. Maria I. Na sequência da criação deste organismo, em 1795 foi restaurada a censura tripartida do Desembargo do Paço (autoridade régia), do ordinário da Diocese (autoridade episcopal) e do Santo Ofício (autoridade pontifícia). Enfim, a insuficiência dos mecanismos de exame prévio e a marcada intolerância das elites governativas perante o debate de ideias e o curso dos acontecimentos políticos europeus, mormente depois da Revolução Francesa, forçaram a denúncia pública de novos princípios e sentimentos políticos, filosóficos, teológicos e jurídicos. A par do reforço dos poderes censório e policial da monarquia, clarificam-se os métodos, argumentos e temas em disputa.

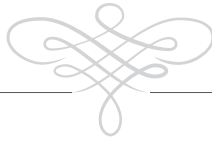
Durante o período pombalino, o português Luís José Pereira publica, em Madrid, a sua *Theodicea* (1771), obra de matriz metafísica leibniziana que pondera a validade do sensismo e discute os avanços do naturalismo filosófico. Ao contrário das reservas que este título concitou nos meios académicos portugueses, maior sucesso teve, entre nós, a refutação da incredulidade das Luzes feita por Cevallos y Mier, *Falsa Filosofia* (1774-76).

Para o reforço do integrista católico contribuíram também as leituras posteriores de Juan Pablo Forner, *Oración Apologética por la España y Su Mérito Literário* (1786), Pablo de Olavide, *El Evangelio en Triunfo, o História de Un Filósofo Desenganado* (1797) e, entre outros, Rafael Velez, *Preservativo contra la Irreligion* (1813). Ao lado destas expressões tipicamente peninsulares de afirmação da universalidade do cristianismo, tiveram uma aceitação menos vibrante os textos teosóficos e místicos de Claude de Saint-Martin, em especial *Des Erreurs de la Vérité* (1775) e *Ecce Homo* (1792). Dito de outro modo, o martinismo e o iluminismo de Martinès

de Pasqually e de Jacob Boehme não lograram alcançar, em Portugal, uma aceitação generalizada. Já a produção nacional no campo da literatura apologética, não sendo particularmente copiosa, é, apesar de tudo, muito expressiva.

Para melhor se perceber o alcance da refutação pública de valores e categorias de pensamento que desencadeiam uma cascata de críticas, mas também de que modo o escândalo encoraja o combate de ideias, consideramos dois momentos na imposição deste segmento de livros em Portugal. Até meados do séc. XVIII, a consolidação das verdades da fé e a afirmação da unidade doutrinal do cristianismo não colidem abertamente com os progressos da filosofia natural. Os modernos cultores das ciências e das letras convocam mesmo os avanços do conhecimento para exprimirem o sumo poder e a omnisciência de Deus, Criador do mundo, como atestam as reflexões de Teodoro de Almeida, Fr. Manuel do Cenáculo e Luís António Verney. Deve salientar-se que o compromisso estabelecido entre o modelo de inteligibilidade da física experimental e o modelo de racionalidade aplicado à compreensão da religião revelada alimentou um segmento importante da livraria de divulgação científica no séc. XVIII, onde avultam nomes como Derham, Neuiwentyt, Lesser, Pluche e Dullard. A influência desta corrente, designada de física teológica, foi marcante no pensamento filosófico português de Setecentos.

Em dissonância com esta última tendência, largamente dominante nos meios eruditos e académicos, a associação dos filósofos das Luzes a uma espécie de complô filosófico antirreligioso e anticatólico ocorre, depois da déc. de 50, na pastoral e na propaganda apologética de orientação marcadamente antienciclopedista. Este segundo grande momento de expansão da literatura apologética



está relacionado com a voga crescente de novelas de carácter libertino e antirreligioso, a maioria das quais estrangeiras, às quais se associam os efeitos causados pelos textos de propaganda política que têm como referente direto ou indireto os sucessos da Revolução Francesa.

A linha de fronteira do combate que se vai travar na segunda metade do século é claramente definida por Teodoro de Almeida na dedicatória da *Recreação Filosófica* (1751). Nesta obra, começa por admitir que o seu labor filosófico se destina ao vulgo, obedecendo, conquanto, a um duplo propósito: o de divulgação dos avanços registados no conhecimento da natureza e o de combate à imoralidade libertina do século. A este autor, considerado um dos mais esclarecidos divulgadores dos estudos da física e da filosofia natural em Portugal, que lera a *Démonstration de l'Existence de Dieu Tiré de la Connaissance de la Nature* de Fénelon, repugnava o princípio da autossuficiência da razão; o universo físico, na sua regularidade intrínseca, não era compreensível sem Deus. Para Teodoro de Almeida, a ordem e a beleza da natureza criada por Deus legitimava o pleno entendimento dos seus atributos. Sob este ângulo de observação, a sua obra *Feliz Independente do Mundo e da Fortuna* (1779), inspirada no *Télémaque* de Fénelon, reflete e aprofunda, no plano estético e afetivo, a sua visão apologética. Esta, desenvolvida em oposição ao mecanicismo e ao deísmo, ilumina o diálogo em torno dos temas e problemas expostos e discutidos em *Recreação Filosófica* (1751-1800). Porém, com o intuito claro de travar os ecos de descristianização reavivados pela Revolução Francesa, Teodoro de Almeida, numa segunda fase, privilegia a redação de obras de cunho marcadamente devocional, aproximando-se de um registo místico e visionário algo distinto da

matriz racionalista católica da primeira fase da sua reflexão apologética.

Mais pragmática, ainda que enformada por idênticos pressupostos filosóficos, é a atitude esclarecida do erudito franciscano Manuel do Cenáculo. Para este bispo e conselheiro político de Pombal, o conhecimento científico ditava o progresso da civilização, permitindo unir a realização espiritual do homem com a vocação expansiva da razão em busca de felicidade e em harmonia com Deus, princípio que sempre sustentou e que também foi fio condutor da sua pastoral no bispado de Beja e no arcebispado de Évora. Acrescente-se que em Fr. Manuel do Cenáculo, à semelhança do que acontece com outros membros eruditos da Igreja nacional, a aproximação ao jansenismo não é ditada por questões ascéticas e doutrinárias, mas pelo impacto causado pelo envolvimento daquela corrente na campanha antijesuítica (Antijesuitismo), particularmente enfatizada no seio da opinião pública europeia depois da déc. de 50.

A par de Fr. Manuel do Cenáculo, destacam-se no campo da militância apologética José Mayne, autor da *Dissertação sobre a Alma Racional onde Se Mostram os Sólidos Fundamentos da Sua Imortalidade, e Se Refutam os Erros dos Materialistas Antigos e Modernos* (1778), e António Ribeiro dos Santos, autor de *A Verdade da Religião Cristã* (1787) e de *De Sacerdotio et Imperio* (1770). Estes apologistas da religião, que conhecem os mais importantes textos estrangeiros, que exploram e criticam, orientam as suas reflexões para a defesa da tradição e salvaguarda da integridade confessional do catolicismo, opondo, sistematicamente, a religião revelada à religião natural e fazendo ressaltar uma constante preocupação antideísta, antifilosofista e antimaterialista. António Ribeiro dos Santos está também longe de ter tomado uma posi-



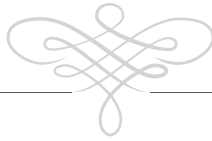
Fr. Manuel do Cenáculo (1724-1814).

ção singular em relação à questão dos milagres. Outros autores portugueses, imbuídos de racionalismo, procuram travar, no campo filosófico, os argumentos contrários de Fontenelle, Espinosa, Holbach, Diderot e Rousseau, defendendo que os milagres de que fala a Escritura não são acidentes excepcionais de uma razão universal de fundamento divino, mas, como afirma António Ribeiro dos Santos, “todo um efeito superior às leis da Natureza e ao poder da criatura” (SANTOS, 1787, 77). Recorde-se que a ideia da salvaguarda do império de Deus sobre a natureza e sobre o homem por Ele criados estava no centro da polémica, cronologicamente próxima, que havia oposto George Campbell, John Douglas e William Paley a David Hume. Contra o ceticismo religioso deste último, autor de *Dialogues concerning Natural Religion* (1779), aqueles teólogos fizeram do milagre a chave de explicação da perpetuidade do dogma, respeitando a tradição cristã.

Portanto, com alguma atualidade, a crença na intervenção miraculosa de

Deus tanto inclinava a reflexão filosófica de Bento de Sousa Farinha para a apolo-gética, como aproximava o discurso de Francisco Lourenço Roussado de uma posição persecutória no campo político-religioso, conforme comprova o *Sistema dos Ímpios contra o Sólido Fundamento dos Estados, Impregnado e Convencido pelas Vantagens da Sociedade Fundadas na Religião Cristã* (1798). Concomitantemente, a persistência da visão providencialista, favorável à intervenção miraculosa das criaturas celestes, é bem acolhida na literatura parenética e na pastoral, onde sobressaem nomes como os dos cardeais patriarcas Francisco I e José II, Fr. Joaquim de Santo Agostinho França Galvão e, num registo mais moderado, Fr. Caetano Brandão.

Numa linha de argumentação mais metafísica e moral e menos teológica colocase o autor da *Dissertação sobre a Combinação das Ideas Intellectuales e Sensíferas, para Fazer Progresso da Notícia de Hum só Deos para Conhecimento de Huma só Religião: Dividida em Duas Partes com Hum Tratado em que Se Destroe o Erro dos Naturalistas* (1791), que correu anónima. Esta obra remete, pelo conjunto de referências que comporta, para o vasto e impressionante acervo de obras de literatura apologética, de origem estrangeira, existentes em bibliotecas de conventos, de paços episcopais, de palácios, de casas senhoriais e de particulares bem como da Univ. de Coimbra. Entre os autores mais representados nessas coleções, contam-se: Patouillet, Nonnotte e Chaudon, que refutam em bloco os filósofos modernos e tomam Voltaire como emblema maligno do século; Crouaz, crítico de Pope e do otimismo de Leibniz e Wolff; os abades Bergier e Yvon, antagonistas de Rousseau; Boullier, opositor de Locke e de Voltaire; o abade Gouchat e o Oratoriano Lelarge de Lignac, acerbos contendores de Pierre Bayle, Diderot, Helvétius e muitos mais. Enfim,



sob vários prismas e com diferentes textos e paratextos, os opositores das Luzes impõem a imagem de um século frívolo, decadente e ruinoso.

Numa zona de penumbra, mais propensa à consideração social e moral e menos afeita à discussão da problemática religiosa em si mesma, Louis Antoine Caraccioli – um dos autores mais representados nos espólios livreiros da época, com uma coletânea de obras escolhidas vertida para português e muitos títulos publicados avulsamente – tende a avolumar o sentimento de desconfiança da gente comum em relação às aspirações das Luzes. Mas esta posição de reserva não o impede também de cultivar um certo distanciamento crítico em relação a sectores integristas e ultramontanos. Em seu entender, depois da herança luminosa do séc. XVII, patente no domínio científico, o tempo presente, prenhe de promessas desmedidas, corria desvairado e sem controlo, com evidentes sinais de frivolidade, incredulidade e decadência. Idêntica é a percepção que Monnet tem dos males sociais e morais da época, conforme expressam as célebres *Cartas de Certa Mãe a Seu Filho para Lhe Provar a Verdade da Religião Cristã: I pela Razão, II pela Revelação, III pelas Contradições, em que Incorrem os Que a Combatem*, traduzidas por Francisco Lourenço Roussado e publicadas em três volumes, entre 1786 e 1790. Neste tipo de enfrentamento filosófico e ético, a face escondida das Luzes é revelada pelo viés da crítica. Uma eloquente prova deste mecanismo de exposição é *O Deísmo Refutado por Si Mesmo, ou Exame dos Princípios de Incredulidade, Espalhados nas Diferentes Obras de João Jacques Rosseau em Forma de Cartas*, do abade Bergier, que foi traduzido por Francisco Coelho da Silva e publicado em Portugal, em 1787, cerca de 20 anos depois da 1.^a edição francesa. Dando a conhecer o fundamental do

pensamento de Rousseau, a refutação de Bergier estigmatiza, no essencial, a liberdade de pensamento e denigre a tolerância como valor social e político. O tolerantismo – palavra que surge nesta época para exprimir o sistema de opiniões favoráveis à tolerância religiosa e civil – representa um desvio perigoso e inadmissível à unidade da fé, pois faz perigar a esperança da salvação e afasta os povos da verdade religiosa. Os mais altos desígnios dos apóstolos das Luzes e os insondáveis caminhos abertos por libertinos, ateus, materialistas e revolucionários aparecem assim confundidos sob a designação de tolerantismo, conceito que anatematiza, simultaneamente, a livre expressão do pensamento e a livre opção de crença religiosa.

Neste quadro de ideias, a perspetiva teológico-política é assumida para conter o debate intelectual, confundir os crençes, banir a dissidência e proclamar, em nome da unidade confessional do Estado, a intolerância religiosa e civil. Ainda debaixo desta conceção, a perseguição e condenação dos filósofos partidários da tolerância adquire contornos de luta religiosa, sendo os seguidores das várias sensibilidades em presença equiparados a correligionários das mais perigosas seitas. Na torrente de obras de polémica religiosa e política publicadas na viragem do séc. XVIII para o XIX, as diatribes, os sermões, as traduções, os poemas e os ensaios do P.^c José Agostinho de Macedo ocupam um lugar de destaque. O filosofismo das Luzes, parcialmente interpretado, servia-lhe de acicate contra o tolerantismo. Com exaltação, aponta a dedo os cismáticos, os inimigos da ordem pública, os corruptores da moral, os incrédulos e os maçons. Seguindo de perto Barruel, sustenta que os sequazes do enciclopedismo, do materialismo e do livre-pensamento fazem parte de uma conspiração



Leonor de Almeida, marquesa de Alorna (1750-1839).

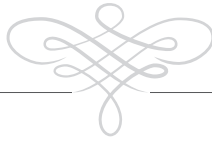
universal para destruir a Igreja e abalar a monarquia. Em abono desta perspectiva, traduz parcialmente *Mémoires pour Servir à l'Histoire du Jacobinisme* (1797) de Barruel, trabalho a que dá o título de *Segredo Revelado ou Manifestação do Systema dos Pedreiros, e Illuminados, e a Sua Influencia na Fatal Revolução Francesa* (1809-1812).

Na conjuntura que antecede a Revolução Liberal de 1820, as ideias de Barruel, bastante disseminadas, participam da tendência para a radicalização das posições ultramontanas e conservadoras na sociedade portuguesa. Neste contexto, destacam-se José Morato, Fr. Fortunato de São Boaventura e Joaquim José Pedro Lopes. Este último publicista, bem conhecido pela sua adesão ao miguelismo, traduziu Jean Wendel Wurtz, *Os Percursos do Anti-Christo; História Profética dos Mais Famosos Impios Que Tem Havido desde o Estabelecimento da Igreja até aos Nossos Dias; ou a Revolução Franceza Profetizada por S. João Evangelista* (1818); Clausef de Montals, *A Religião Provada pela Revolução* (1819); e *Atalaia contra Pedreiros-Livres: Discurso sobre*

a Sua Origem, Instituto, Segredo e Juramento (1817) do castelhano.

Por fim, deve salientar-se que a importância da problemática religiosa na conformação de uma visão crítica, não das Luzes, mas dos seus efeitos, foi determinante para a afirmação da sensibilidade romântica, que desperta por entre conflitos e tensões quase insanáveis. Neste contexto, torna-se relevante a aproximação de Manuel Fernandes Tomás ao pensamento de Antoine-Adrien Lamourette. Ao patriarca da Revolução de 1820 deve-se a tradução de *Pensamentos sobre a Filosofia da Incredulidade ou Reflexões sobre o Espírito e o Desígnio dos Filósofos sem Religião do Presente Século* (1796), publicados 10 anos após o seu aparecimento em França, num tempo em que o seu autor, bispo constitucional de Lyon, se afirmava, com moderação, porta-voz de uma conceção de cristianismo social, impregnada de categorias filosóficas.

Também a percepção das contradições forjadas no seio do otimismo racionalista das Luzes acarreta da parte de outra leitora dos filósofos do século, D. Leonor de Almeida, a marquesa de Alorna, a rejeição de alguns dos mais consagrados enunciados desse ideário filosófico. No seu pensamento brilha a chama da fé. Impelida pela meditação da Bíblia, a marquesa de Alorna busca insistentemente motivos e vias de renovação exterior do catolicismo em Lamennais e Chateaubriand. Do primeiro, traduziu o *Ensaio sobre a Indiferença em Matéria de Religião* (1820), e tornou bem patente a sua afeição doutrinária e filiação estética em relação ao autor do *Génie du Christianisme*, que leu no original francês, muito antes da tradução de Bevenuto António Caetano de Campos, datada de 1817. A adaptação da ideia de perfeitibilidade do homem, axial à ética social das Luzes, acabava assim por se combinar com



a aspiração de salvação e de felicidade cristã, no respeito pelas fontes da crença e em frontal oposição a deístas, materialistas e tolerantistas. Neste ponto, a marquesa de Alorna aproxima-se da posição crítica de Madame De Gentilis, que, em *La Connaissance de Soi-Même, Considérée la Base du Bonheur de l'Homme, sous le Rapport de la Religion, de la Morale, et de la Société; Suivi d'Un Traité de l'Homme* (1789), postula uma via introspetiva e confessional de recuperação do indivíduo, renunciando, com base na mensagem cristã, aos apelos de uma razão autossuficiente em busca de liberdade. Em suma: na viragem do século, depois de uma tenaz e persistente campanha, a literatura apologética católica, que crescera à sombra da rejeição e do debate de ideias das Luzes, embora mantendo um cunho marcadamente antiprogressista e conservador, acabava por encontrar novos motivos de afirmação social e cultural no contexto expansivo da mentalidade burguesa e da sensibilidade romântica.

Bibliog.: ANASTÁCIO, Vanda, “Alcipe e os Salmos”, *Via Spiritus*, vol. 12, 2005, pp. 109-153; ANDRADE, António Alberto de, “Bibliografia da polémica verneiana (livros portugueses e espanhóis)”, *Brotéria*, vol. XLIX, fascs. 2-3, ago.-set. 1949, pp. 210-232; *Id.*, *Vernei e a Cultura do Seu Tempo*, Coimbra, Por Ordem da Universidade, 1965; ANDRADE, Maria Ivone de Ornellas, *José Agostinho de Macedo Um Iluminista Paradoxal*, 2 vols., Lisboa, Colibri, 2001; ARAÚJO, Ana Cristina, *A Cultura das Luzes em Portugal. Temas e Problemas*, Lisboa, Livros Horizonte, 2003; CAEIRO, Francisco da Gama, *Frei Manuel do Cenáculo: Aspectos da Sua Actuação Filosófica*, Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1959; CALAFATE, Pedro, *A Ideia de Natureza em Portugal no Século XVIII (1740-1800)*, Lisboa, INCM, 1994; *Id.* (dir.), *História do Pensamento Filosófico Português*, vol. III, Lisboa, Caminho, 2001; *Collecção de Editaes, Que Se Tem Publicado pela Real Meza Censoria, Erecta por elRey Fidelissimo D. José I Nosso Senhor, pelos Quaes Se Prohibe*

Vários Livros. Desde 10 de Junho de 1768 até 6 de Marco de 1775, Lisboa, Regia Officina Typographica, s.d.; DIAS, José Sebastião da Silva, *Portugal e a Cultura Europeia (Séculos XVI a XVIII)*, 2.ª ed., Porto, Campo das Letras, 2006; DOMENECH, Jacques, “Anti-Lumières”, in DELON, Michel (dir.), *Dictionnaire Européen des Lumières*, Paris, PUF, 1997, pp. 96-102; DOMINGUES, Francisco Contente, *Ilustração e Catolicismo. Teodoro de Almeida*, Lisboa, Colibri, 1994; LOCKE, John, *Ensaio Philosophico sobre o Entendimento Humano*, ed., introd. e apres. Joaquim de Carvalho, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1950; MARCADÉ, Jacques, *Frei Manuel do Cenáculo Vilas Boas: Evêque de Beja, Archevêque d'Evora (1770-1814)*, Paris, FCG, 1978; MARTINS, Teresa Payan, *A Censura Literária em Portugal nos Séculos XVII e XVIII*, Lisboa, FCG/FCT, 2005; MASSEAU, Didier, *Les Ennemis des Philosophes. L'Antiphilosophie au Temps des Lumières*, Paris, Albin Michel, 2000; MONCADA, L. Cabral, *Estudos de História do Direito*, vol. III, Coimbra, Por Ordem da Universidade, 1950; MONOD, Albert, *De Pascal a Chateaubriand, les Defenseurs Français du Christianisme de 1670 a 1802*, Genève, Slatkine, 1970; MORTIER, Roland, *Clartés et Ombres du Siècle des Lumières*, Genève, Droz, 1969; PEREIRA, José Esteves, *O Pensamento Político em Portugal no Século XVIII – António Ribeiro dos Santos*, Lisboa, INCM, 1982; RODRIGUES, Manuel Augusto, “Pombal e D. Miguel da Anunciação, bispo de Coimbra”, *Revista de História das Ideias*, vol. 4, 1982, pp. 207-298; SANTOS, António Ribeiro dos, *A Verdade da Religião Christã*, vol. I, Coimbra, Real Imprensa da Universidade, 1787; SANTOS, Zulmira, *Literatura e Espiritualidade na Obra de Teodoro de Almeida (1722-1804)*, Lisboa, FCG/FCT, 2007; SOZZI, L. (org.), *Ragioni del Anti-Illumismo*, Alessandria, Edizioni dell'Orso, 1992.

ANA CRISTINA ARAÚJO

